

IMPERIALISMO NO IMPÉRIO: O CASO DA MISSÃO DA BRIGADA SFAB^{1 2}*IMPERIALISM WITHIN THE EMPIRE: THE CASE OF THE SFAB BRIGADE MISSION*Víctor Manuel Moncayo³

Resumo: Trata-se da análise da presença da brigada militar estadunidense SFAB na Colômbia em 2020, inserida em políticas antidrogas repressivas e pressões geopolíticas contra a Venezuela. Diante da violação da soberania nacional, o texto debate a subsistência do imperialismo estadunidense à luz das teorias de Wallerstein, Hardt e Negri. Argumenta-se que, embora os Estados Unidos enfrentem um declínio em sua hegemonia unilateral e a economia global seja regida pelo conceito de “Império” (uma ordem descentralizada e transnacional baseada no capital coletivo), o governo Trump adota posturas unilaterais e protecionistas como manobras táticas de concorrência. Assim, as ações norte-americanas na América Latina, inspiradas na Doutrina Monroe para controle de recursos naturais e reposicionamento geopolítico, configuram uma presença paradoxal do imperialismo clássico operando no interior da nova ordem do Império global.

Palavras-chave: Imperialismo; Império; Colômbia; Hegemonia; Doutrina Monroe.

Abstract: This paper analyses the presence of the U.S. military brigade SFAB in Colombia in 2020, within the context of repressive anti-drug policies and geopolitical pressures against Venezuela. In light of this violation of national sovereignty, the text examines the persistence of U.S. imperialism through the lens of the theories of Wallerstein, Hardt, and Negri. It is argued that, although the United States faces a decline in its unilateral hegemony and the global economy is governed by the concept of “Empire” (a decentralized, transnational order based on collective capital), the Trump administration adopts unilateral and protectionist stances as tactical manoeuvres in competition. Thus, U.S. actions in Latin America, inspired by the Monroe Doctrine to control natural resources and reposition itself geopolitically, constitute a paradoxical presence of classical imperialism operating within the new order of the global Empire.

Keywords: Imperialism; Empire; Colombia; Hegemony; Monroe Doctrine.

¹ Artigo submetido em 24/07/2026 e aprovado para publicação em 10/08/2026.

² Originalmente publicado por MONCAYO, Víctor Manuel. “Imperialismo en el imperio: el caso de la misión de la brigada SFAB”. Em: ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo; JIMÉNEZ MARTÍN, Carolina (eds.). *Geopolítica imperial: intervenciones estadounidenses en Nuestra América en el siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2020, p. 55-62. Tradução de Pablo Henrique Lopes de Carvalho. Revisão da tradução feita por Ricardo Prestes Pazello.

³ Ex-reitor (1997-2003) e professor emérito da Universidade Nacional da Colômbia, advogado formado em Direito pela Universidade Nacional da Colômbia (UNAL), mestre em Ciência Política pela Universidade Católica de Lovaina (Bélgica). Foi pioneiro na Colômbia na crítica à forma jurídica e ao estado capitalista a partir de uma perspectiva jurídica crítica de origem marxista. Integrou a Comissão Histórica do Conflito e suas Vítimas (CHCV). Atuou durante décadas como membro de destaque e dirigente do Instituto Latino-Americano para uma Sociedade e um Direito Alternativos (ILSA) e participou ativamente dos grupos de trabalho do CLACSO (N. T.).

Em meio aos efeitos da pandemia, que ainda permanecem incertos quanto a sua magnitude e alcance, e às reações socioeconômicas e sociais que suscita, a sociedade colombiana e viu surpreendida pelo anúncio feito há algumas semanas pela Embaixada Norte-Americana em Bogotá, de que estaria presente na Colômbia, pela primeira vez na América Latina, uma missão da SFAB (*Security Force Assistance Brigade*⁴), durante quatro meses, composta por aproximadamente meia centena de militares, com o objetivo de “demonstrar nosso compromisso mútuo contra o narcotráfico e o apoio à paz regional, o respeito à soberania e a promessa duradoura de defender os ideais e valores compartilhados”, segundo as palavras do almirante Craig Faller, comandante-em-chefe do Comando Sul dos Estados Unidos.

A missão, que já se encontra em território colombiano desde o início do mês de junho, tem como antecedente imediato “as experiências no Iraque e no Afeganistão” e seis meses de “informação, sincronização e apoio logístico”, conforme indicou o tenente-coronel Mike Barrimon, comandante do terceiro esquadrão da SFAB, que lidera a missão. Não há dúvida de que sua tarefa está associada à política antidrogas, apoiada pela erradicação forçada e pela próxima pulverização das plantações com glifosato que o governo Duque⁵ prepara, em algumas áreas geográficas denominadas “zonas futuro”⁶, as quais coincidem com os espaços dos Planos de Desenvolvimento Territorial, que são parte essencial do Acordo Final de Paz com as FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo), e que se contrapõe à política de substituição voluntária das plantações ilícitas prevista no mesmo acordo. Trata-se da estratégia repressiva do governo que vem sendo encenada nos últimos tempos e que se materializa em confrontos armados com as comunidades camponesas ligadas a tais plantações, com as óbvias consequências letais, lesivas e de deslocamento populacional.

Mas também é inegável que a missão está associada à chamada “paz regional”, o que não significa nada mais no âmbito do plano dirigido contra a Venezuela para conseguir a derrubada do presidente Maduro que, como se sabe, vem sendo orquestrado com grande ênfase desde o início de 2019 com o fracassado projeto de “ajuda humanitária”, e uma de cujas

⁴ A Brigada de Assistência às Forças de Segurança é uma unidade especializada do Exército dos Estados Unidos formada para conduzir missões de “assistência” às forças de segurança: treinar, aconselhar, auxiliar, capacitar e acompanhar operações com forças armadas de estados “aliados” e “parceiros” (N. T.).

⁵ O governo de Iván Duque na Colômbia (2018-2022) foi apoiado pelo ex-presidente Álvaro Uribe, o líder do partido de centro-direita Centro Democrático, e focou na oposição ao regime venezuelano, firmando assim um acordo com os Estados Unidos em 2020 para trazer ao país a Brigada de Assistência às Forças de Segurança, que gerou forte atrito político e controvérsia jurídica no país (N. T.).

⁶ Em Víctor Moncayo, “zonas futuro” podem ser lidas como uma forma de pensar espaços sociais e jurídicos ainda não plenamente consolidados, mas já orientados por disputas do presente. A ideia ajuda a mostrar que o futuro não aparece como algo neutro ou abstrato: ele é produzido por conflitos entre classes, estado, capital e projetos políticos (N. T.).

manifestações mais recentes foi o frustrado plano Gedeón, que tentou entrar com forças armadas no território venezuelano.⁷ Trata-se, como revelou Bolton⁸ (2020), da ressurreição da estratégia da doutrina Monroe⁹ de “América para os americanos”, que Obama e Kerry tentaram enterrar, segundo a qual Trump disse a ele: “Leve isso adiante”, para indicar a urgência de se livrar de Maduro: “Esta é a quinta vez que peço isso” [...] “Trump insistiu que queria opções militares para a Venezuela e depois ficar com ela porque ‘ela é realmente parte dos Estados Unidos’”. Conjunto do que faz parte a anedota verdadeira de que Trump lhe perguntou “se deveríamos enviar cinco mil soldados para a Colômbia, caso fossem necessários, o que eu anotei obedientemente em minha caderneta de notas, dizendo que verificaria com o Pentágono”, ao que o chanceler colombiano, Carlos Holmes Trujillo, aludiu quando, com certo cinismo, lhe deu de presente “um pacote de cadernetas amarelas como a que eu tinha naquela coletiva de imprensa, para que não acabassem”.¹⁰

Diante de tais circunstâncias, obviamente a reação política se concentrou no respeito à soberania colombiana e na violação das normas constitucionais que exigem, para a passagem de tropas estrangeiras, autorização prévia do Senado da República e do Conselho de Estado, formalidades que, de fato, não foram cumpridas. Mas, além disso, as características dessa intervenção têm relembrado a interminável lista de ingerências dos Estados Unidos nesses países considerados como seu quintal, trazendo novamente à tona o debate sobre a subsistência do imperialismo norte-americano nos dias de hoje.

Nesse sentido, é importante, por conseguinte, considerar como podem ocorrer essas práticas do mais bolorento imperialismo, em um estágio do capitalismo como o que vivemos há várias décadas. As contribuições teórico-políticas a esse respeito são múltiplas. Wallerstein (2010), por exemplo, nos mostrou como, após ter alcançado o auge a hegemonia norte-americana entre 1945 e 1970, impondo-se aos múltiplos estados “soberanos” (como ocorreu com os Países Baixos em meados do século XVII ou com o Reino Unido em meados do século XX), entramos em um mundo verdadeiramente multilateral, no qual, ao lado dos Estados

⁷ Plano confiado a uma empresa de mercenários norte-americanos e venezuelanos contratada por Juan Guaidó.

⁸ Ver o capítulo publicado pelos meios de comunicação colombianos.

⁹ A Doutrina Monroe foi uma diretriz de política externa dos Estados Unidos, estabelecida em 1823 pelo presidente James Monroe, que ficou conhecida pelo lema “A América para os americanos”. Seu objetivo principal era impedir a interferência européia no continente americano e afirmar a hegemonia norte-americana na região (N. T.).

¹⁰ Bolton comenta: “Mas eu estava convencido de que era melhor engolir alguns sapos para derrubar o regime e libertar os venezuelanos do que se apegar a alguns 'princípios' que os mantinham oprimidos, e com Cuba e a Rússia mandando lá dentro. Foi por isso que, jogando jogos mentais com o regime, eu tutei desejando a Maduro uma aposentadoria tranquila e longa em uma praia linda em algum lugar (como Cuba). Não me agradava, mas era preferível a que ele ficasse no poder”.

Unidos, existem outros lugares do Norte, como o conjunto da Europa Ocidental da União Europeia e o Japão e, além disso, a Rússia, a China, a Índia, o Irã, o Brasil e a África do Sul.

São muitas as descrições da situação dos Estados Unidos no início do presente século. Por volta de 2008, era responsável por menos de 30% da produção mundial; era apenas um entre muitos atores econômicos, alguns deles de maior porte; era um devedor mundial; começava a abandonar o dólar como moeda de reserva; seu comércio exterior representa mais de um terço de sua economia; tornou-se inteiramente interdependente; perdeu sua hegemonia cultural e, mesmo conservando seu poder militar, já não pode exercê-lo como antes (Esteve, 2008).

Situação que levou Wallerstein a afirmar que esse país é “uma superpotência solitária que carece de verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue nem respeita e uma nação perigosamente à deriva em meio a um caos global que ela não pode controlar”. “Os Estados Unidos perderam legitimidade, e é por isso que já não podem continuar a ser chamados de hegemônicos” (Wallerstein, 2006).

Como já foi observado, esse “tem sido um processo que começou a se tornar visível no início da década de 1970 e se projeta até o presente. O indicador-chave para analisar o futuro de uma economia é o crescimento da produtividade e, nos EUA, a queda desse crescimento é a mais grave dos últimos trinta anos: em 2015, só cresceu 0,3% e, em 2016, 0,2%. No pós-guerra, a produtividade crescia a um ritmo de 3% ao ano, mas entre os anos 1970 e 1990 caiu para a metade e agora se liquefaz.

Também tem impacto estrutural a substituição da força de trabalho pela automação, o avanço da computação e das tecnologias da informação, que agora impacta, além disso, as camadas médias e os setores de serviços, sem que isso signifique que não continue sendo o Estado o que tem maior influência no sistema internacional, embora com uma capacidade reduzida de impor sua vontade (García, 2018). Por outro lado, sua balança comercial ficou desequilibrada como consequência da penetração de mercadorias e capitais estrangeiros em seu mercado, tendo que se abastecer massivamente no exterior do que já não produz em nível nacional, devido à expansão das corporações transnacionais às custas dos interesses nacionais.

É nesse contexto que o governo de Trump orienta unilateralmente suas políticas no sentido de modificar as regras do comércio mundial estabelecidas pela ordem global neoliberal, ignorando os organismos e instâncias internacionais (como o FMI e a OMC) e, consequentemente, aqueles que, como estados nacionais, têm sido seus aliados.

Pois bem, tudo isso ocorre em meio a um mercado global inegável, no qual as regras de relacionamento são diferentes, sem que os estados nacionais possuam ainda os atributos de

soberania próprios de outra fase histórica. Neste novo espaço, já não há lugar para a clássica figura colonial ou imperialista que permitia a expansão de um estado-nação para além de suas fronteiras a fim de controlar outros estados e seus povos. Sob essas circunstâncias, nem os Estados Unidos, com sua hegemonia diminuída, nem qualquer outro estado-nação podem controlar unilateralmente a ordem global, nem impor sua vontade a outros estados nacionais, o que não é um sinal de desordem ou caos, mas a manifestação de uma nova ordem global, com outra estrutura de poder, com uma constituição mista do que Negri denominou *Império* há já vinte anos, conceito que não significa um estado global nem uma estrutura de governo centralizada, mas uma nova ordem planetária, em meio a processos complexos de homogeneização e heterogeneidade (Hardt; Negri, 2019¹¹). Os Estados Unidos, com a debilidade ou a diminuição de sua capacidade hegemônica em todas as esferas (política, financeira, militar, cultural), têm de enfrentar outros estados-nação dominantes, as corporações e as instituições supranacionais em termos de uma intensa concorrência, embora todos esses atores respondam, ao final, pela manutenção da ordem global.

Não estamos, portanto, diante do que alguns chamaram de novo imperialismo norte-americano pós-queda do Muro de Berlim, mas sim da nova ordem do Império, que responde ao “capital coletivo global”, que é essencialmente capitalista, e já não exclusivamente norte-americano, no qual participam em feroz concorrência os estados nacionais dominantes, ou seja, os capitalistas estadunidenses assim como seus homólogos europeus ou asiáticos, na trama complexa de corporações e instituições transnacionais.

Tal como bem sintetizam Zusman e Quintar (2001), “ao contrário do imperialismo – que os autores (referindo-se a Hardt e Negri) definem como uma extensão da soberania dos estados-nação europeus para além de suas fronteiras –, o Império que hoje governa o mundo é composto por uma série de organismos nacionais e supranacionais unidos sob uma única lógica de domínio. Esta nova forma de poder soberano se caracteriza por ser um aparato de governo descentralizado e desterritorializado que, de forma progressiva, incorpora dentro de suas fronteiras abertas e em expansão a totalidade do reino global, transformando a cartografia imperialista que caracterizou a modernidade”.

Nesse cenário de concorrências, pode surgir, por exemplo, uma reivindicação do que em outros tempos significou o estado-nação, para promover guerras comerciais ou políticas protecionistas, ou podem surgir declarações ou políticas contra corporações ou instituições

¹¹ Sua tradução será incluída em Negri (2018), obra que será proximoamente publicada em espanhol por Ediciones Aurora, Bogotá.

supranacionais, como as já conhecidas contra o Fundo Monetário Internacional (FMI), a OMC (Organização Mundial do Comércio), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o Tribunal Penal Internacional (TPI), os pactos contra as mudanças climáticas, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ou, mais recentemente, contra a Organização Mundial da Saúde (OMS), para citar algumas das medidas propostas pelo governo Trump, que, no fundo, nada mais significam do que manobras táticas para se posicionar e adquirir uma situação dominante entre os atores em concorrência na nova ordem política do Império, sem ignorar o que isso significa para a manutenção real da ordem capitalista em nível global.

É por isso que, nesta era em que a hegemonia estadunidense parece estar chegando ao fim, reaparecem explicações nacionais de supremacia, como a presença de tropas norte-americanas na Colômbia, que rememoram os momentos áureos de seu imperialismo, como o retorno à doutrina Monroe para controlar os governos latino-americanos, tanto em suas políticas internas como as do narcotráfico, quanto nas externas frente à Venezuela, a fim de alcançar posições geopolíticas dominantes e permitir a apropriação do petróleo e de outros bens comuns da natureza, mesmo que seja necessário degradar seus regimes políticos para formas autoritárias ou repressivas. Trata-se, em poucas palavras, de uma presença paradoxal do imperialismo dentro do império.

Referências

BOLTON, John R. The Room Where It Happened. *Portal La Silla Vacía*. Junio 2020. <https://www.lasillavacia.com/silla-nacional/trump-queria-salida-militar-y-el-petroleo-de-venezuela-dice-bolton/>

ESTEVA, Gustavo. Agenda y sentido de los movimientos antisistémicos. *Polis. Revista Latinoamericana*, n. 19, 2008, p. 1-18. https://polis.ulagos.cl/pt_BR/article/view/1009/1426
GARCIA BIELSA, Fernando M. Estados Unidos: hegemonía y declinación. *Revista Rebelión*, 02/10/2018.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Empire, Twenty years on. *New Left Review*, n. 120, nov./dec., p. 67-92, 2019.

MONCAYO, Víctor Manuel. Imperialismo en el imperio: el caso de la misión de la brigada SFAB. In: ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo; JIMÉNEZ MARTÍN, Carolina (eds.). *Geopolítica imperial: intervenciones estadounidenses en Nuestra América en el siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2020, p. 55-62. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/server/api/core/bitstreams/b88e5697-38d6-40b4-ab2d->

[4c121c0011e9/content](#)

NEGRI, Antonio. *Travail vivant contre Capital*. Paris: Les Éditions Sociales, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. *La decadencia del poder estadounidense*: Estados Unidos en un mundo caótico. Buenos Aires: Ed. Le Monde Diplomatique, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. Prólogo: ¿crisis, cuál crisis? In: GANDÁSEGUI, Marco A. (hijo); CASTILLO FERNÁNDEZ, Dídimo (coords.). *Estados Unidos: la crisis sistémica y las nuevas condiciones de legitimación*. CLACSO, Buenos Aires, 2009, p. 9-22.

ZUSMAN, Perla; QUINTAR, Aída. Éxodo y ciudadanía global en la construcción del contra-imperio: el papel del inmigrante en la creación de un "nuevo lugar" en "el no lugar", según Antonio Negri y Michael Hardt. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, n. 94 (7), 2001. <https://www.ub.edu/geocrit/sn-94-7.htm>

Tradutor: Pablo Henrique Lopes de Carvalho - Professor do Curso de Direito da Faculdade CENSUPEG e Professor de Sociologia na Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (PPGD/UFPR), como bolsista CAPES/PROEX. Licenciado em Ciências Sociais (UniUnica) e Bacharel em Direito (UniSociesc), onde foi pesquisador pelo Art. 171/UNIEDU. É membro e pesquisador do Centro de Investigações em Direito Insurgente, Economia Política e Movimentos Populares na América Latina (INSUR) e do Grupo Temático de Direito e Marxismo do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Concentra suas pesquisas em temas como Direito e Marxismo, capitalismo dependente, crítica marxista a dependência, regime de partilha do pré-sal e extrativismo. Correio eletrônico: pablo.lopes.019960@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4326-6157>.

Revisor técnico de tradução: Ricardo Prestes Pazello - Professor do Curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde obteve seu doutorado. Pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Líder do InSUR – Centro de Investigações em Direito Insurgente, Economia Política e Movimentos Populares na América Latina. Membro da Coordenação Editorial da InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais. Pesquisador do Grupo Temático de Direito e Marxismo do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Membro do Instituto de Filosofia da Libertação (IFiL). Coordenador do projeto de extensão/comunicação popular Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular - MAJUP Isabel da Silva, integrante do coletivo Planejamento Territorial e Assessoria Popular (PLANTEAR), da UFPR. Correio eletrônico: ricardo2p@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9961-0583>.